

Notas e informações

Brasil

As opções da economia em 1985

A vida econômica não obedece ao calendário gregoriano, pois depende tanto do passado quanto do futuro: ela resulta da continuidade, acompanhada de violenta dose de determinismo. Mas, com firme vontade, pode-se enfrentar o seu determinismo para desviar a correnteza devastadora. No início de um ano novo, a questão que se coloca é saber se a Nação terá o forte designio de canalizar uma caudalosa corrente, que poderá permitir a consolidação das conquistas já realizadas, ou se encaminhará para a catástrofe.

O ano de 1984 mostrou claramente que não existe incompatibilidade entre um programa de ajuste e a recuperação econômica. A Fundação Getúlio Vargas, com base nos dados disponíveis até outubro, avaliou em 4,1% o crescimento econômico do ano que passou, mas tudo indica que as verificações finais poderão mostrar um crescimento do Produto Interno Bruto superior a 4,5%. Não se trata de resultado desprezível para uma economia doente. O importante é saber se o País conseguirá manter em 1985 esse regime de cruzeiro. Para responder a esta pergunta, convém ter consciência das razões que conduziram o Brasil a uma recuperação que mesmo os mais otimistas não haviam previsto.

O crescimento das exportações e a substituição das importações foram os detonadores da recuperação econômica: permitiram estancar a evolução do desemprego, que agravava o processo recessivista, e, logo depois, o aumento da massa salarial distribuída. Paralelamente, nosso país experimentou o efeito positivo de uma melhora dos preços na agricultura. Nesse clima, e somente numa segunda fase, foi possível reajustar os salários em função da inflação.

Surgiu, todavia, um fator altamente negativo: a recrudescência da inflação, que, ao contrário dos anos anteriores, diante de um reajuste salarial mais realista, não contribuiu para aprofundar a recessão. Essa recrudescência da inflação teve sua origem em diversos fatores: o crescimento excessivo da ba-

se monetária em consequência do déficit público e do aumento das reservas internacionais; a expectativa inflacionária em função mesmo dessa evolução monetária; e a escassez de alguns produtos diante de uma brusca reação da demanda.

Na entrevista que concedeu ontem à *Rádio Eldorado*, o ministro Antônio Delfim Netto destacou o fato de a democracia (que para ele já voltou a existir no governo Figueiredo) ter mostrado ser capaz de enfrentar a crise, mas fez, ao mesmo tempo, algumas advertências muito ponderáveis. Assim, reconheceu que a inflação é o problema fundamental que deixa ao novo governo, mas acrescentou que a experiência destes últimos anos mostrou que "não há muito lugar para originalidade no combate à inflação". Finalmente, advertiu que o governo não é o único responsável pelo déficit público, explicitando, com o caso da Previdência Social, que a sociedade não deseja reduzir tal déficit, seja através de aumento das receitas, seja mediante a redução dos benefícios.

A luz destes comentários, podemos traçar algumas indicações para 1985. Existe uma recuperação econômica que deve ser sustentada, mas há que acrescentar que ela não deve ser forçada artificialmente. Devemos evitar que o período de "estado de graça", que caracteriza o início de um novo governo a ser integrado por homens que se mantiveram durante anos na oposição, nos conduza a erros suscetíveis de destruir um equilíbrio ainda muito frágil. Reajustar salários em função da inflação é certamente um caminho justo e talvez fosse preferível, no quadro de um pacto social, aceitar até uma certa defasagem entre salário e inflação. Mas aumentar os salários acima da inflação pode conduzir a uma deterioração rápida dessa ecologia econômica de equilíbrio ainda muito precário. Não se trata de decidir acelerar o desenvolvimento, mas apenas de criar condições para que a recuperação progrida, ainda que a passos lentos.

Sem o controle da inflação, não se poderá atingir tal objetivo. Neste particular, o novo governo receberá uma pesada herança. A evolução da base monetária criou, nos últimos meses, condições praticamente inelutáveis para um novo surto inflacionário. Se, diante desse determinismo, o novo governo vier a adotar uma atitude de benevolência ou de fatalismo, a inflação logo escapará dos controles. Ao lado da pressão monetária, será preciso enfrentar aquela decorrente do déficit público, que, curiosamente, segundo as informações divulgadas, teria aumentado em termos nominais em relação a um PIB crescente, enquanto se teria um superávit em termos operacionais (isto é, excluindo as correções monetária e cambial). A redução do déficit público será sem dúvida a tarefa mais difícil do novo governo, que pelo menos terá em seu favor maior apoio popular e a vantagem de não precisar aumentar suas reservas internacionais.

Desde que se consiga controlar o déficit público, será possível voltar à realização de alguns investimentos públicos; não esses de longa maturação e alto custo, mas aqueles de retorno rápido e que contribuam para melhorar a qualidade de vida da população. É necessário manter as condições para um crescimento das exportações que desempenharam papel tão importante no ano passado, sendo também indispensável conceder-se verdadeira prioridade à agricultura, o que não significa a volta dos subsídios creditícios.

Neste início de um novo ano, é preciso reconhecer a existência das condições necessárias à consolidação da recuperação econômica. Isso exige também o reconhecimento de que houve alguns progressos nesse sentido em 1984, o respeito a esse ritmo da vida econômica que não aprecia inovações violentas, e a coragem de sanear o que ainda não o foi. Para a consecução de tal tarefa, o novo governo terá a vantagem de contar com certo consenso, oportunidade que não deve desperdiçar com promessas irrealizáveis.